

## RESISTÊNCIA E LUTA É A NOVA DIRETORIA DA APROPUC

A chapa Resistência e Luta foi eleita pelos associados da APROPUC para o biênio 2014/2016. Ela tem como presidente o professor João Batista Teixeira da Silva, do departamento de Inglês da Faficla e como vice a professora Maria Beatriz Costa Abramides, do Serviço Social (veja ao lado a composição completa da diretoria eleita).

189 professores votaram na eleição, o que representa cerca de 40% do eleitorado da entidade. Desses docentes, 163 votaram na Resistência e Luta, o que representa que 87% dos votantes manifestaram seu apoio à nova diretoria. 10 professores votaram em branco e 16 anularam seu voto.

O grupo de professores integrantes da nova diretoria entende que somente a união dos professores em torno de sua entidade poderá levar a uma mu-

dança no quadro de crise da universidade. "A APROPUC continua sendo a nossa mais importante trincheira de resistência e luta. Graças ao empenho, dedicação e apoio de muitos professores, a entidade tem conseguido estimular o debate sobre os principais problemas da Universidade, defender o contrato coletivo da categoria, denunciar as ameaças e violências praticadas contra os professores", diz o programa da chapa.

Nesta edição reproduzimos o primeiro depoimento do professor João Batista, como presidente eleito (veja texto na página 3).

A solenidade de posse acontecerá na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, no dia 10/6, a partir das 18h. A diretoria eleita espera contar com a presença dos professores da PUC-SP no evento.

### Resistência e Luta

#### Presidente

João Batista Teixeira da Silva (Letras-Inglês)

#### Vice-Presidente

Maria Beatriz Costa Abramides (Serviço Social)

#### 1ª Secretário

Leonardo Massud (Direito)

#### 2ª Secretário

Rodrigo Priolli de Oliveira Filho (Direito)

#### 1ª Tesoureira

Victoria Claire Weischtordt (Letras-Inglês)

#### 2ª Tesoureira

Sandra Gagliardi Sanchez (Psicologia)

#### Suplentes

1º - Jason Tadeu Borba (Economia)

2ª - Regina Maria D'Aquino F. Gadelha (Economia)

3º - Hamilton Octávio de Souza (Jornalismo)

#### Comissão de Cultura

1º - Áquilas Nogueira Mendes (Economia)

2º - Antonio Rago Filho (História)

#### Comissão de Trabalho e Ensino

1ª - Carla Andréa Tieppo (Psicologia)

### Resultado das Eleições da APROPUC - Biênio 2014/2016

	CHAPA 1	BRANCOS	NULOS	TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS	
Campus Monte Alegre	Urna 1 - Sede	17	0	0	17
	Urna 2 - Prédio Velho	23	1	9	33
	Urna 3 - Prédio Novo	62	1	5	68
	Urna 4 - Prédio Faficla	25	6	2	33
Urna 5 - Campus Marquês de Paranaguá	6	1	0	7	
Urna 6 - Campus DERDIC	7	0	0	7	
Urna 7 - Campus Sorocaba	16	1	0	17	
Urna 8 - Campus Ipiranga	1	0	0	1	
Urna 9 - Campus Santana	3	0	0	3	
Urna 10 - Campus Barueri	3	0	0	3	
<b>Total Geral da Apuração</b>	<b>163</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>189</b>	

# Pesquisadores protestam contra censura ideológica da Capes

A Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - publicou ao final de 2013 o edital de nº 071/2013, no qual abria inscrições para implantação de redes de cooperação acadêmica no país no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad).

Enviadas as propostas, a Coordenação emitiu os pareceres para cada uma delas. O Projeto "Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e as políticas sociais", formulado por docentes da UnB, UERJ e Universidade do Rio Grande do Norte, recebeu um parecer de mérito, o de nº 163936, rejei-

tando a proposta sob alegação de que aludia a não cientificidade do método crítico-dialético, referindo-se, inclusive, que os requisitos científicos na metodologia não garantem o atendimento dos objetivos e que não possuem unanimidade.

Essa posição de censura ideológica fez com que várias organizações emitissem nota de repúdio à Capes em defesa do Método Dialético Materialista e da liberdade acadêmica e de escolha teórico-metodológica. Para as entidades e docentes "É inaceitável que uma agência pública do Estado democrático e republicano brasileiro subscriva pareceres ideológi-

cos, tendenciosos, superficiais e inconsistentes, que se fundamentem no questionamento da opção teórica metodológica adotada em projetos de pesquisa, sem nenhum fundamento plausível, o que expressa uma visível prática ideológica. O patrulhamento ideológico não é somente contra o marxismo, mas, também contra a dialética, um saber que, como disse Hegel, vagou por dois mil anos e foi reconstruído na Filosofia Moderna".

A carta aberta à Capes questiona ainda o domínio das áreas de ciências exatas e biomédicas naquela coordenadoria, o que faz com que mais de 90% das bolsas

e benefícios concedidos sejam remetidos àquelas áreas, excluindo-se as Ciências Humanas. O próprio Serviço Social da PUC-SP teve seu projeto negado sob a esdrúxula alegação de que o programa já era consolidado e, portanto, não deveria receber a bolsa.

A APROPUC repudia o patrulhamento ideológico exercido pela Capes e subscreve a carta aberta em defesa da liberdade acadêmica. As adesões à carta podem ser confirmadas em [http://www.avaaz.org/po/petition/Presidente\\_da\\_CAPES\\_Jorge\\_Guimaraes\\_Asssegurar\\_a\\_liberdade\\_de\\_escolhas\\_teoricas\\_teorico\\_metodologicas/?launch](http://www.avaaz.org/po/petition/Presidente_da_CAPES_Jorge_Guimaraes_Asssegurar_a_liberdade_de_escolhas_teoricas_teorico_metodologicas/?launch).

## Continuam cumprimentos à professora Bia Abramides pela suspensão da pena

*Continuaram nesta semana as manifestações de apoio à professora Bia Abramides pelo arquivamento do processo político encetado pela reitoria contra a docente. Abaixo reproduzimos algumas manifestações que a APROPUC e o PUCViva receberam nesta semana*

Sara Granemann-UFRJ - Sheila Backx-UFRJ - Marcelo Braz-UFRJ; - Marilea Porfíreo-UFRJ - Renato de Paula-UFG -

Ana Maria Amoroso Lima-UFJF - Malu Duriguroto-UFJF - Carina Moljo-UFJF - Kênia Figueiredo-UNB - Daniela Neves-UNB - Marlene Teixeira-UNB - Cristina Brites-UFF Puro - Katia Marro-UFF Puro - Katia Halle-FMU - Andrea Almeida Torres- UNIFESP - Rosângela Batistoni-UNIFESP - Cláudia Mazzei Nogueira-UNIFESP - Ana Livia Adriano-UFF Niterói - Marina Isgalheiro-Uel - Ruben Del Muro-Universidad Nacional de La Plata - Isael Barbosa-UNIESP - Vivi-

ane Moura da Silva-USF - Andreia Agda Honorato-FAMA/UNIESP - Francisca Pini-FAMA - Cilene Braga-UFF - Sandra de Faria-PUC Goiás - Gey-

son Rodrigues-PUC Goiás - Angela Amaral-UFPE - Elizabeth Motta-UFPE - Sâmbra de Paula-UECE - Alexandra Mustafá-UFPE - Jussara Mendes-UFRGS

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

**PUCViva:** 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

# Novo presidente da APROPUC fala sobre prioridades da entidade

João Batista Teixeira da Silva, novo presidente da APROPUC, é professor da PUC-SP desde 1993. Hoje no departamento de Inglês da Faficla, João tem como principais linhas de atuação, formação de professores em serviço, ensino-aprendizagem, ensino de língua inglesa para fins específicos e literaturas de expressão em língua inglesa.

Na avaliação do novo presidente o resultado da eleição deste ano foi positivo, uma vez que tivemos uma votação mais expressiva do que a registrada na eleição anterior.

O resultado porém mostra, segundo o professor, que para uma maior participação docente na entidade esta é uma boa oportunidade, para se estabelecer novas formas de diálogo com os docentes. "Talvez seja a oportunidade de a APROPUC chegar até os professores, ouvir suas críticas e sugestões e implementar novas formas de atuação", diz o novo presidente.

Nesse sentido, entre as ações previstas para o início de gestão serão programadas visitas às unidades para que se estabeleça um maior diálogo entre a dire-



MARCELA REIS

João B. Teixeira, presidente da APROPUC

toria da associação e os docentes da universidade, onde tanto a entidade se aprofunde nos problemas

de seus docentes, como informe aos professores dos direitos que hoje eles têm na PUC-SP. "Se temos hoje um Acordo Interno que vai além da Convenção Coletiva do Sinpro, isso se deve à luta dos professores da PUC-SP junto com a APROPUC", diz o docente.

Outras preocupações da nova diretoria deverão ficar por conta das possíveis demissões, que ameaçam os professores neste período de final de semestre e a implantação de uma política de pesquisa, que prejudica os docentes dissociando a pesquisa e a extensão de seu contrato de trabalho.

## Funcionários do Hospital Santa Lucinda aprovam reajuste e acordo interno

Em assembleia realizada em 4/6, em Sorocaba, os funcionários do Hospital Santa Lucinda aprovaram o acordo interno da categoria e o índice de reajuste, de 6%. O texto do Acordo Interno, a exemplo dos trabalhadores da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, não sofreu alterações. Apenas o valor da cesta básica foi aumentado de R\$ 120 para R\$ 140. Os funcionários também conseguiram que o prazo de recebimento da cesta básica para aqueles trabalhadores que se afastam por motivo de saúde fosse aumentado de 60 para 90 dias.

Porém, a AFAPUC de Sorocaba está negociando com a Fundação São Paulo vários itens referentes às

condições de trabalho e à segurança dos trabalhadores do Hospital. Uma reivindicação antiga é a criação de um setor de segurança para o Hospital, que deve ser encaminhada pela Fundasp nos próximos dias.

Em função do aumento de pedidos de afastamento dos funcionários, o fluxo de trabalho tem sobrecarregado boa parte dos trabalhadores do Hospital. A reivindicação foi levada à Divisão de Recursos Humanos (DRH), que está efetuando estudos para novas contratações.

Os funcionários do HSL também reclamam da inexistência de um atendimento médico para trabalhadores daquela unidade. A Fundação São Paulo já está realizando estudos para um

possível atendimento à reivindicação.

### EMENDAS DE FERIADOS

A Fundasp também comunicou à diretoria da AFAPUC que, através da DRH, está enviando uma solicitação aos chefes de setor para que os funcionários que foram prejudicados com a exclusão de emendas de feriados nos meses de junho e julho possam encontrar uma solução favorável para os seus casos, seja com compensações ou possíveis portarias.

### NOVA SEGURANÇA

Conforme informamos anteriormente, a empresa de segurança Graber dei-

xou de prestar serviços à PUC-SP, entrando em seu lugar a Impacto. Em princípio, segundo afirmou a esta reportagem o padre Rodolpho Perazzolo, secretário-executivo da Fundasp, havia a possibilidade de que aqueles trabalhadores que não permanecessem na Graber, fossem absorvidos pela Impacto. Porém, segundo o PUCviva apurou, nenhum deles optou por esta transferência, uma vez que o salário pago pela Impacto é menor do que aquele que eles vinham recebendo. Até o momento não havia notícias de demissão, uma vez que a Graber irá fazer serviços de segurança para o Itaquerão, para onde está sendo enviada boa parte dos antigos seguranças da PUC-SP.

## Política de Pesquisa PUC-SP

# O fim do tripé ensino/pesquisa/extensão

Desde a década de 70 a PUC-SP vem se notabilizando pela luta de seus docentes na direção de um contrato de trabalho digno, que preservasse as condições de trabalho e salário. A fundação do Andes, em 1981, da qual a APROPUC participou ativamente, foi um marco para a luta dos trabalhadores da educação.

Antes disso, em 1978, começava a vigorar a deliberação 65/78, que instituiu as diversas categorias de contratos docentes. Embora àquela altura a deliberação não configurasse a totalidade das aspirações dos docentes da PUC-SP, ela se constituiu em um marco tanto para a universidade como para o movimento docente brasileiro. Não raro, em congressos de educação, os docentes da PUC-SP eram procurados para que detalhassem como funcionava o seu contrato de trabalho.

Nesse momento, apesar de todas as falhas de nossa política salarial e de ensino, estávamos certos de trilhar o caminho da preservação do tripé ensino/pesquisa/extensão. A inclusão de pesquisa no contrato de trabalho, inédita entre as universidades particulares, propiciava condições para que o docente dispusesse de tempo para se dedicar à sala de aula, de igual maneira que se dedicava à pesquisa e à extensão.

Essa situação começa a mudar no início do século XXI. As sucessivas crises econômicas da universida-

de fizeram com que as condições de trabalho fossem se deteriorando paulatinamente. Se a 65/78 já era considerada por alguns como um regime de hora-aula disfarçado, essa impressão tornou-se realidade em 2005, quando o Consun aprovou, em caráter temporário, a chamada maximização dos contratos. Esse mecanismo aumentava o teto de horas que cada faixa salarial deveria cumprir. Um professor que antes preenchia seu contrato com quatro turmas, teria que abraçar seis ou sete classes.

Esse acúmulo de trabalho distanciava cada vez mais os docentes da pesquisa e da extensão, pois não havia tempo hábil para que eles se dedicassem a outra coisa que não fosse as suas aulas. A criação de faixas intermediárias entre as chamadas TPs (tempo parcial divididos em 10, 20, 30 e tempo integral), escancarava o caráter de hora-aula da nova política salarial que de provisória em 2005 foi se aprofundando cada vez mais até nossos dias. Pior do que isto foram as tabelas diferenciadas, que submeteram os professores ingressantes a salários inferiores àqueles praticados pela universidade para os docentes mais antigos.

Neste ano parece que o golpe de misericórdia foi dado à política de integração entre ensino/pesquisa/extensão: a chamada política de pesquisa da PUC-SP introduz práticas que liquidam boa parte das esperanças de que, no futuro, a universidade poderia ter um

horizonte menos sombrio.

Tramitando há alguns meses por instâncias intermediárias da PUC-SP, o documento, formulado por toda a Reitoria, sob a batuta da professora Maria Amália, chegou ao Consun para a sua apresentação e posterior discussão entre os diversos setores.

O documento prevê o investimento de 1% da receita líquida para a pesquisa e um aumento gradual para até 3% nos próximos anos. Porém, a extinção das chamadas horas-pesquisa, atribuídas pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) aos docentes constituiu-se em um duro golpe aos docentes da PUC-SP. Essa bolsa era incorporada ao salário do docente na razão de 10 horas, o que permitia, em um contrato de tempo integral, que ele se dedicasse somente a 30 horas em sala de aula. A pró-reitora de pós-graduação, Maria Amália Andery, argumentou que as bolsas Cepe tinham a agravante de que boa parte dos docentes que dela se beneficiavam não prestavam contas à instituição na forma de relatórios. Ao invés de cobranças eficazes - uma supervisão adequada - por parte dos gestores, a solução mais prática foi o corte puro e simples dessa conquista. Outra novidade incluída no projeto são as diversas modalidades de incentivos a publicações, participações em congresso, serviços de tradução, etc, que, até há pouco tempo, recebiam minguadas dotações da universidade. Rece-

bidos com entusiasmo por alguns, os novos incentivos escondem sérias limitações, como a exclusão dos docentes com carga horária mais baixa. A maioria dos títulos é destinada a professores com 30 ou 40 horas de dedicação o que, em uma universidade espremida pelas reduções contratuais, inviabiliza muito de sua utilização para boa parte das unidades, que hoje socializam prejuízos. Por outro lado, as bolsas de capacitação docente, para titulação, também ficaram fora do contrato e tiveram o seu valor diminuído: agora para todos os docentes ela equivale a R\$ 1.200,00, diferentemente dos anos anteriores quando elas variavam na razão de 10 horas de cada categoria, incorporadas ao salário. Essa decisão representa mais uma perda para o docente, uma vez que os direitos trabalhistas que o professor tem direito ficam excluídos.

A nova política ainda deve passar pelas instâncias de faculdades, cabe às unidades de ensino, aos departamentos se colocarem contrários a essa medida que acaba com a pesquisa no contrato. A deliberação faz-nos crer que, mais uma vez, a PUC-SP trilha o caminho da mercantilização do ensino, deixando para trás tudo aquilo que a diferenciou das demais instituições e se igualando ao que de pior temos hoje no cenário educacional brasileiro.

**Diretoria da APROPUC**

## FALA COMUNIDADE

# Parem de salvar a África

*Daniel Clemente*

Entre meados dos séculos XV e XVI, o reino português tornou-se potência marítima ao apossar-se de terras do além-mar e inaugurar novas rotas ligando as necessidades europeias aos mercados "das Índias", contornando o continente africano. Triste África que passou a ser utilizada inicialmente como entreposto comercial alheio, depois como mão-de-obra escrava alheia e, posteriormente, como fornecedor de riquezas naturais para as economias alheias. Tempos depois já não eram somente os portugueses que sequestravam terras africanas, mas também os ingleses, espanhóis, holandeses, italianos, belgas, entre outros usurpadores. Foram trezentos anos onde a regra era não ter regra, o direito era negar direitos e a lei era agir em uma terra sem lei.

Com o estabelecimento das independências políticas do fracionado continente americano, as treze principais nações europeias contando com a participação dos Estados Unidos e da Turquia, dirigiram seus olhares para o continente africano, partilhando do vasto território de acordo com seus poderes políticos e seus interesses econômicos. A Conferência de Berlim em 1884 traçou as fronteiras, o mapa da África atual é uma invenção em que nenhum representante de continente participou. Tribos inimigas passaram a dividir o mesmo território, pequenos reinos perderam seus poderes, sociedades nômades restringiram suas

caminhadas, cidades foram divididas e pessoas passaram a ter uma nacionalidade na qual não se reconheciam. As nações capitalistas necessitavam reafirmar suas economias, saqueando as riquezas do solo africano e despejando novas necessidades de mercado ao povo já necessitado de condições de sobrevivência.

Após três anos do fim da II Guerra Mundial, que reduziu aos escombros os projetos racistas do nazismo e fascismo, a África do Sul, no ano de 1948, coloca em vigor o apartheid, a lei de segregação racial, separando vidas vividas por vidas unicolor. A partir daquele momento brancos teriam direitos e negros teriam deveres, uma nova ordem social baseada na desordem antropológica, a minoria branca concluiria o projeto colonizador de seus antepassados conquistadores, caçadores de tesouros metálicos e assassinos da rica vida negra. Durante 46 anos a cor da pele sentenciou o direito de ir e vir, determinou a porcentagem de verbas para educação, saúde e habitação, a repressão policial formulou o marginal padrão, e a condição humana foi negada à grande maioria dos sul-africanos. Nelson Mandela, líder do braço armado do Conselho Nacional Africano, organização política que lutava contra a segregação racial, foi detido e preso durante 28 anos, nos quais 19 ficou em uma solitária. Ao ser libertado participou dos projetos que levaram ao fim do apartheid, recebeu Prêmio Nobel da Paz e se fez presidente da república da África do Sul. Procurou es-

tabelecer uma nova identidade nacional, onde todos passaram a ser iguais, disse não à vingança e assistiu até os seus últimos dias de vida à manutenção da segregação econômica entre brancos e negros.

O ano de 1989 assistiu à demolição do maior símbolo da disputa militar-ideológica entre as superpotências capitalistas e socialistas: a queda do Muro de Berlim marcou o fim da Guerra Fria entre Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Porém, quase aos 45 anos de ameaça mútua, a produção de armas de destruição em massa chegou ao absurdo de ter a capacidade de destruir o planeta Terra em mais de vinte vezes. Esse estoque, semeador da morte, que se manteve inutilizado por mais de quatro décadas, necessitava de guerras para contemplar os seus criadores. A década de 1990 assistiu a dezenas de conflitos armados forjados espalhados pelo continente africano, disputas territoriais, religiosas, ideológicas e políticas foram ressuscitadas ou potencializadas, com o único objetivo de consumir o velho estoque armamentista da Guerra Fria. Depois de dez anos, milhares de africanos mortos e milhões de dólares contabilizados, os humanitaristas do mundo cessaram o envio de armas e mandaram burocratas, tão letais como as armas de fogo, que impuseram a democracia ocidental para esmagar e decretar o fim da cultura local.

Na atualidade os propósitos humanitaristas continuam condenando a África à miséria, países europeus despejam seus ve-

lhos computadores, celulares, impressoras, monitores, com o argumento de estarem contribuindo com a inclusão africana na rede mundial de computadores, porém, menos de 10% dos equipamentos de tecnologia ultrapassada que chegam estão funcionando, o restante não passa de sucata, transformando Gana no maior lixo eletrônico do mundo. A Libéria, o único país não colonizado da África, nasceu escravo, por obra da American Colonization Society, organização estadunidense que incentivava negros libertos e negros já nascidos livres em migrar para o continente africano, com o argumento de que os negros não iriam conseguir se integrar na sociedade americana que estava sendo idealizada anos após a independência das treze colônias.

As Grandes Navegações prometiam um novo mundo para aqueles velhos costumes, o Tratado de Berlim profetizava uma cultura moderna perante o atraso social, o apartheid pretendia humanizar as relações entre humanos e semi-humanos, as armas do pós Guerra Fria calavam as diferenças e os indiferentes, o lixo despejado por europeus em solo africano é anunciado como luxo aos pobres coletores de migalhas. Depois de mais de 500 anos de contribuição, o melhor para os africanos seria cessar a cordialidade colonizadora: parem de ajudar a África.

*Daniel Clemente é professor de História, Sociologia e Filosofia e ex-funcionário da PUC-SP.*

## GAUCHE NA VIDA

## PM de SP: Segurança para brancos

Douglas Belchior

Como eu leio esse cartaz sobre as "dicas de segurança" da Polícia Militar: uma mulher branca, bem vestida e indefesa prestes a ser atacada por um preto. Teimo afirmar: o procedimento mais antigo, tradicional e permanente do Estado brasileiro é a prática do racismo ou o exercício cotidiano de tratar grupos étnicos de maneira diferenciada. Essa campanha infeliz promovida pela PM demonstra mais uma vez a prática do racismo institucional.

O conceito de racismo institucional identifica o racismo que se estabelece nas estruturas de organização das sociedades e das instituições, traduzindo os interesses, ações e mecanismos de expulsão e a promoção de violência perpetrada pelos grupos racialmente dominantes. Esse tipo de "gafe" demonstra mais uma vez o pensamento enraizado na sociedade: cuidado com os negros! O material de uma campanha de prevenção a roubos da Polícia Militar (PM) revoltou entidades que lutam pela igualdade racial em Ribeirão Preto, que irão acionar o Ministério Público.

No cartaz, afixado no interior dos ônibus de algumas linhas do município, há uma mulher branca sendo observada por um personagem de cor negra, que a PM diz se tratar apenas de uma silhueta. As entidades, entretanto, discordam.

"Isso evidencia o racis-

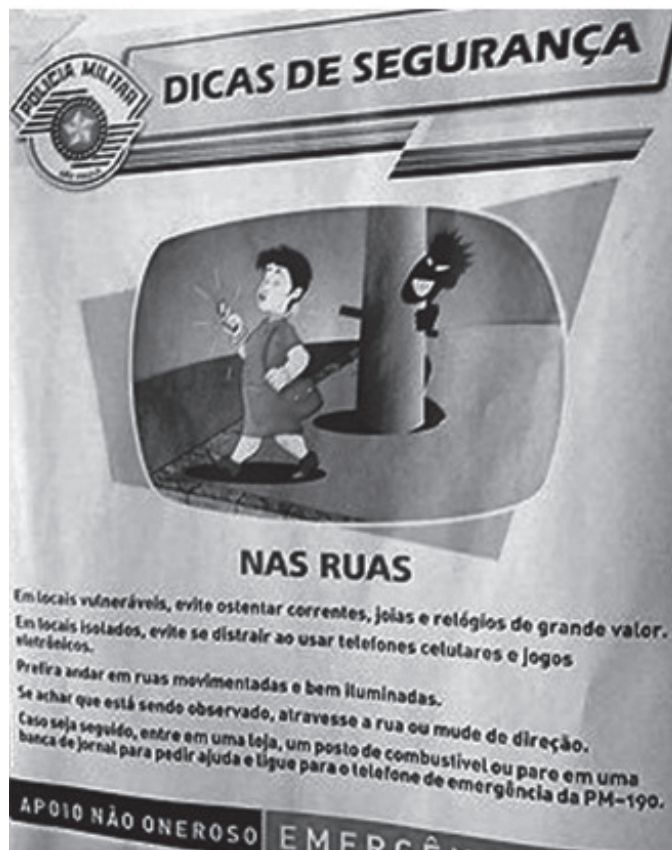
mo institucional da Polícia Militar e reforça símbolos do senso comum, associando o negro ao mal", explica Silvia Helena Seixas, coordenadora estadual do Conen (Coordenação Nacional de Entidades Negras). Ela diz que a imagem é prejudicial à autoestima das pessoas negras, em especial os jovens da periferia.

A Conen vai procurar a PM, a Transerp e a Acirp (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), que custeou os panfletos, para que a propaganda seja "imediatamente" retirada e que as entidades se comprometam a realizar capacitação de políticas públicas afirmativas.

O Ministério Público será acionado para intermediar o diálogo. A Unegro (União de Negros pela Igualdade) também irá recorrer à promotoria. "É um conteúdo extremamente discriminatório, é assustador que a PM reforce esses estereótipos", afirmou ao A Cidade Ana Almeida, vice-presidente estadual da entidade.

### REPÚDIO

O cartaz também indignou o vereador André Luiz da Silva (PCdoB), presidente da Comissão Permanente de Direitos da Igualdade Racional da Câmara de Ribeirão Preto. "Por que sempre o negro é negativo?", questionou, ressaltando que o terceiro personagem do cartaz, uma policial, é branca - assim como a vítima. O vereador reclama que realiza diálogo constante com a PM justa-



mente para evitar esse tipo de situação. "Essa manifestação de preconceito é involuntária, está incutida na cultura e, justamente por isso, deve ser combatida", diz. Ele afirma que irá apresentar em sessão da Câmara uma moção de repúdio à campanha.

### EXAGERO

Em nota, a PM informou que "lamenta a percepção equivocada e exagerada" do conteúdo da campanha. "É notório que na arte do material sobre 'Dicas de Segurança' o 'criminoso' seja representado pela caracterização de uma 'silhueta', por estar na penumbra, observando a sua vítima à espreita atrás de um poste, usando, para tanto, da sombra existente no local", diz a nota.

O cartaz faz referência ao perigo de andar em ruas mal iluminadas. A Acirp diz que é parceira da PM na divulgação da campanha, mas explica que não foi a responsável pelo conteúdo do material. "Racismo, além de crime, é conduta abominada pela Acirp", afirma a instituição.

Douglas Belchior é Professor e ativista social, militante do Movimento Negro, Movimento de Cursos Comunitários

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Greves pressionam setores da sociedade

## PARALISAÇÃO DOS METROVIÁRIOS

Na semana passada, o Sindicato dos Metroviários anunciou greve para quinta-feira, 5/6, devido à falta de acordo de reajuste salarial entre os trabalhadores e o Metrô. A greve também foi estendida para sexta-feira, 6/6, com a paralisação dos trabalhadores. O Tribunal Regional do Trabalho determinou que o sistema de transporte deveria operar 100% no horário de pico e 70% nos demais horários, correndo o risco de multa diária de R\$ 100 mil. De acordo com o secretário-geral do sindicato, Alex Fernandes, a adesão da categoria chega a 98%, visto que supervisores assumiram suas atividades. O sindicato, na última semana, baixou a reivindicação de 16,5% de aumento salarial para 12,2%, mas o Metrô permaneceu com a proposta de apenas 8,7%. A paralisação de quinta-feira

aconteceu parcialmente nas linhas Azul, Vermelha e Verde, desde a madrugada de quinta-feira. Na estação Capão Redondo, da linha Lilás, diversos usuários do metrô fizeram a chamada catraca livre, ou seja, não pagaram tarifa para embarcar, já que alguns funcionários furaram a greve e abriram a estação. Uma das propostas do próprio sindicato foi a catraca livre durante a negociação salarial. Se a opção fosse aceita, os trabalhadores não paralisariam os carros. A SPTrans e a EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo) estenderam algumas linhas até a região central da cidade e acionaram ônibus emergenciais (Passe), afim de suprir a demanda.

## VITÓRIA DOS PROFESSORES

Na terça-feira, 3/6, os professores da rede municipal de ensino de São Pau-

lo encerraram a greve iniciada há quase 50 dias. Em assembleia realizada no Viaduto Jacaré, em frente à Câmara Municipal, logo após reunião com representantes da prefeitura, a decisão foi tomada pelo Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo). A incorporação do bônus de 15,38% aos salários foi aceita pela prefeitura e passa a valer a partir de maio de 2015. O reajuste se dará em três datas diferentes: o primeiro, no ano que vem, será de 5,54%; em maio de 2016, mais uma parcela de 3,74% e em novembro 5,39%.

## USP PERMANECE EM GREVE

Desde a terça-feira, 27/5, professores e funcionários da USP estão em greve, devido à decisão do Cruesp (Conselho dos Reitores das Universidades Paulistas) de adiar o reajuste dos salários dos ser-

vidores das universidades estaduais. Estudantes de algumas faculdades também aderiram ao movimento, como na FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), que paralisou totalmente as atividades. A Unicamp e a Unesp também aderiram à greve. O professor Jorge Luiz Souto Maior, em artigo publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, no dia 27/5, analisa a situação atual da USP e crítica a falta de conhecimento da própria administração e dos demais integrantes da universidade em relação ao orçamento da instituição, avaliando a questão como falta de democracia interna. "A ausência de espaços de discussão e de deliberação coletiva, em que se possibilitem a efetiva participação das pessoas que integram a instituição, o que é ainda mais grave quando se trata de uma instituição pública voltada ao ensino, é o que fundamenta a crise da USP" pontua.

# Protestos contra a Copa continuam

Cerca de 25 mil trabalhadores sem-teto marcharam até o estádio Itaquero, na quarta-feira, 4/6, compondo o 4º ato "Copa sem povo, tô na rua de novo". O protesto organizado pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) durou cerca de três horas e contou com a participação de moradores de diversas

ocupações e comunidades. Há poucos dias do início da Copa do Mundo, os trabalhadores exigem que suas reivindicações sejam atendidas, pois, caso contrário, pretendem sair às ruas novamente e lutar por seus direitos. Dentre as reivindicações do movimento as principais são: elaboração de uma política federal de

prevenção de despejos forçados, mudanças no Programa Minha Casa Minha Vida e controle público no reajuste de aluguéis urbanos, que estabeleçam a inflação anual como teto.

## COMITÊ POPULAR DA COPA

No dia 10/6, começa

o Congresso da Fifa em São Paulo, que reunirá cerca de 209 federações afiliadas à entidade.

O Comitê Popular da Copa de São Paulo deverá mobilizar diversas organizações, movimentos sociais e coletivos para o Congresso do Povo - Copa das Tropas, que acontecerá na mesma data para discutir ações durante a realização da Copa.

# ROLA NA RAMPA

## CA 22 de Agosto promove debate sobre opressões



Estudante faz fala no debate sobre opressões

O Centro Acadêmico 22 de Agosto, com o Coletivo Feminista Yabá, realizou na terça-feira, 3/6, uma roda de conversa na Prainha para debater as opressões cotidianas dentro da universidade. Trazendo temas como racismo, homofobia e machismo, os presentes mostraram como diversas situações do cotidiano podem ser opressoras, por mais que a pessoa não tenha cons-

ciência disso, e a importância de combater todo tipo de opressão na universidade. Com cerca de 30 presentes, a roda chamou atenção na Prainha para um tema tão importante de ser discutido, e apontou alguns casos recentes de agressões que ficaram famosos e ganharam destaque na mídia, como estupro coletivo durante festas promovidas por atléticas e outros casos.

## CECAFRO realiza reuniões abertas

O Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora da PUC-SP, criado em 2005 na universidade, estimula a pesquisa acadêmica sobre a história e cultura africana. Com reuniões frequentes que envolvem diversas áreas, como histó-

ria, ciências sociais e ciências da religião. Para acompanhar as novidades e datas das reuniões do CECAFRO, acesse a página do núcleo no Facebook em <https://www.facebook.com/CECAFROPUCSP>.

## Virada Tecnológica na PUC-SP

O campus Consolação receberá a Virada Tecnológica da PUC-SP, nos dias 14 e 15/6. O evento contará com palestras de Demi Getschko, engenheiro eletricista, diretor-presidente Núcleo de Informação e Coordenação (NIC.br) e professor associado da PUC-SP, e Marisa Cavalcante, formada em Física e professora da PUC-SP. As inscrições para o evento custam R\$ 40, e a programação completa está em [migre.me/](http://migre.me/)

## Correção

Ao contrário do que afirmamos em nossa edição anterior o evento *Crise econômica, Estado de exceção e militarização da vida social*, não foi somente promovido pelo Neam

(Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista), como afirma o título, mas também pelo Nepedh (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos).

## Professores preocupados com possíveis demissões

Como em todo final de semestre os professores ficam preocupados com rumores sobre possíveis demissões que, neste ano, poderão ocorrer até o dia 20/6, conforme a Convenção Coletiva. O **PUCviva** ouviu o secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo, que informou que a Fundasp não tem planos para demissões em massa de professores. Se estas demissões ocorrerem ficarão por conta de possíveis movimentos internos de término de contratos em departamentos. Porém o secretário-executivo adiantou que existe a possibilidade de que alguns departamentos e faculda-

des, analisando o processo de avaliação empreendido pela Cacepe, Comissão de Avaliação do Cepe, possam excluir de seus quadros docentes que não estejam cumprindo as exigências de sua titulação. Essa postura de algumas chefias contraria o que foi definido pela própria Cacepe que em reunião no Conselho Universitário, informou que a avaliação de titulares e associados não resultaria em processos punitivos, mas levaria o docente a rever sua produção acadêmica. A APROPUC se posiciona frontalmente contra qualquer tipo de demissão que tenha por mote o processo avaliativo da universidade.

## Atraso nas notas pode gerar punição aos professores

A reitoria expediu o ato 28/2014, regulamentando a entrega de notas no portal pelos professores da PUC-SP. O documento determina que os docentes cumpram rigorosamente as datas previstas no portal para a entrega de notas e ameaça com a aplicação das penalidades previstas no Regimento Geral da Universidade para casos desse tipo. A data prevista para o encerramento do semestre

letivo é 28/5 e a entrega de nota deverá ocorrer até o dia 01/7. O curto espaço que media as duas datas, e que vem diminuindo nos últimos semestres, provoca um acúmulo de trabalho ao docente impedindo que uma avaliação mais criteriosa possa ser executada. No entanto, a Reitoria prefere acenar com punições ao invés de encarar o problema de maneira mais pedagógica.

## Campanha do Agasalho 2014

A Pastoral Universitária da PUC-SP e a PUC Júnior Consultoria, da FEA, realizam entre os dias 5/6 a 1/7 mais uma edição da Campanha do Agasalho. O evento arrecadará agasalhos para serem doados às instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda. A campanha do ano passado beneficiou pessoas de cinco instituições da Zona norte de São

Paulo. Este ano, a meta é superar esse número, mas para tanto é necessário mobilizar o maior número possível de pessoas na divulgação e doação. Alguns postos de arrecadação estarão espalhados pela PUC-SP: Sala da Pastoral Universitária, na portaria da Ministro Godói, rampa do 1º andar do Prédio Novo, na portaria da Monte Alegre e na portaria da Fundasp.